



VERDE FIC FIM

Relatório de Gestão

Outubro de 2021

| Desempenho | Outubro 2021 | Acumulado 2021 |
|------------|--------------|----------------|
| Verde | -4,39% | -2,96% |
| CDI | 0,48% | 3,00% |

Para mais informações relevantes à análise da rentabilidade deste Fundo – tais como taxa de administração, taxa de performance, rentabilidade “mês a mês” ou PL médio, consulte o Resumo Gerencial ao final deste material.

O fundo Verde teve um mês bastante difícil, com perdas vindas das exposições no Brasil, especialmente no livro de ações. As posições tomadas em juros nos mercados desenvolvidos também sofreram, com movimento de *flattening* nas curvas pressionando as taxas de longo prazo. Os ganhos, pequenos, vieram da posição em inflação implícita brasileira (que desmontamos no fim do mês), da bolsa global e do livro de crédito.

O posicionamento do fundo claramente se mostrou frágil dados os eventos que transcorreram no Brasil nos últimos meses. Acreditávamos que havia bastante notícia ruim no preço, e que os agentes políticos tinham incentivos razoáveis para não romper o teto dos gastos. Essa visão se provou errada. Para discutir um pouco desse erro, escrevemos um artigo (também publicado no Brazil Journal) que reproduzimos a seguir.



Auxílio, populismo e a falácia do 10 x 0

26 de Outubro de 2021

Por Luis Stuhlberger e Daniel Leichsenring

“Entre a desonra e a guerra, escolha a desonra, e terá a guerra.”

A frase, que Churchill cunhou para comentar o Acordo de Munique, poderia ser empregada agora para descrever a disputa entre as alas política e econômica do governo Bolsonaro.

O Ministro da Economia subscreveu o acordo político de acabar com o Teto de Gastos, o que levou a uma debandada de técnicos sérios e comprometidos com o equilíbrio fiscal, desejosos de preservar sua honra.

Já o ministro escolheu a desonra, e ainda enfrentará a guerra contra a ala política, ela mesma responsável por negociar a PEC do Fim do Teto (isto é, dos Precatórios) no Congresso, que pressionará por mais auxílios, mais emendas parlamentares, mais desoneração, mais fundo eleitoral... sempre adicionando um novo e ‘inadiável’ vagão à caravana da ganância desenfreada.

Instado a se justificar, o Ministro contrapôs o Teto à Política Social e sugeriu que o primeiro é a antítese da segunda — uma tese para lá de falaciosa e que atenta contra o bom senso.

Cumpra-nos o dever de resgatar um pouco o histórico (e a racionalidade), e enumerar as consequências nefastas da desconstrução do Teto proposta pelo Ministério da Economia.

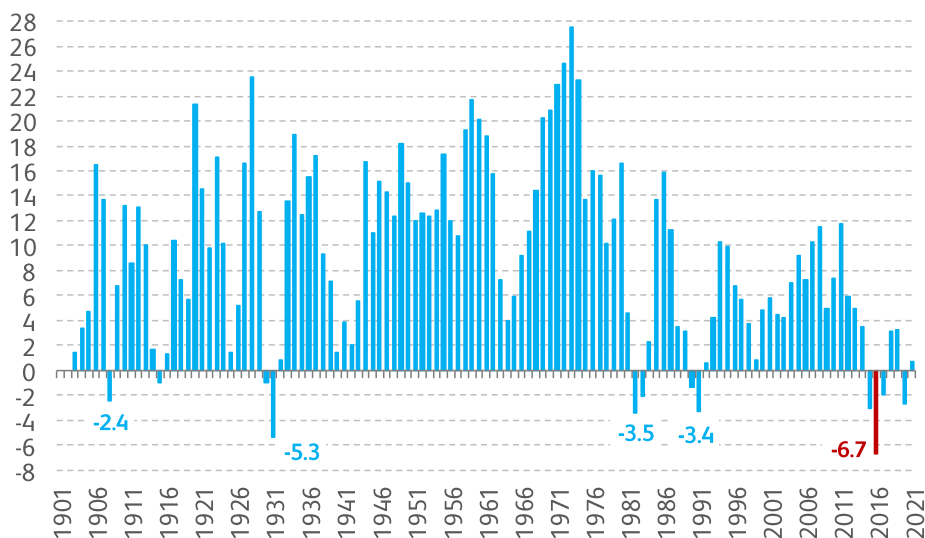
Como se sabe, o Teto foi uma das maiores reformas econômicas dos últimos 20 anos, promulgado em 2016 pelo Governo Temer como uma resposta à catástrofe econômica e social que resultou da total irresponsabilidade fiscal (e corrupção) do governo petista, gestada nos anos Lula e levada ao extremo no governo Dilma.

Como se vê no gráfico abaixo, a recessão do governo Dilma foi simplesmente a pior de que se tem registro nos 120 anos de dados.

Nos dois anos que durou, a recessão fez a economia contrair 6,7%, praticamente o dobro de qualquer outra recessão pela qual o País passara, só semelhante à crise de 1929. Do 4º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2016, o PIB caiu 7,2%. Para comparar o tamanho dos desastres: na pandemia, tomando os anos de 2020 e 2021, o PIB terá crescimento próximo de zero.



Crescimento do PIB Acumulado em 2 anos (%)



Fontes: IPEA, Verde Asset

No mercado de trabalho, saímos de uma taxa de desemprego de 6,7% em meados de 2014 para 13% em meados de 2017. Fazendo um exercício simples, concluímos que a recessão subtraiu R\$ 780 bilhões (algo como R\$ 135 bi/ano) da renda do trabalho recebida pela sociedade.

Taxa de Desemprego



Fontes: IBGE, Verde Asset

Esse exercício simples parece suficiente para comprovar que a irresponsabilidade fiscal teve, tem e sempre terá efeitos brutais sobre a renda das famílias, jogando-as na pobreza.

Foi neste contexto que surgiu o Teto de Gastos, para evitar que o populismo voltasse a impactar os brasileiros com suas consequências perversas. Medidas populistas são aquelas tomadas para dar algum benefício localizado, momentâneo — em geral eleitoral e claramente insustentável —



que terá de ser corrigido adiante, usualmente da pior maneira possível, com efeito desproporcional sobre os mais pobres.

Entendemos quão dramática é a situação social do país.

A pandemia custou muito mais vidas do que seria razoável e jogou muita gente na miséria. Para completar o quadro, as medidas fiscais tomadas desde 2020 aumentaram a insegurança sobre a sustentabilidade da dívida, fazendo com que o câmbio tivesse uma desvalorização acentuada no período.

De janeiro de 2020 até hoje, o Real perdeu 38% do seu valor diante do Dólar, enquanto as moedas do México, África do Sul e Índia, por exemplo, perderam em média apenas 5,7%.

Com isso, tivemos uma aceleração brutal da inflação de alimentos. Sim, a inflação tem sido um fenômeno global, mas aqui a intensidade é muito agravada pelos nossos problemas. Se o País não tivesse gastado tanto antes, certamente teria mais espaço agora.

O auxílio emergencial foi pensado para compensar a queda de renda das famílias em consequência da pandemia e do fechamento de diversos setores da economia. Passamos períodos duríssimos, mas, felizmente, todas as métricas relacionadas à covid estão muito melhores agora, com o avanço da vacinação. Novos casos, hospitalizações e positividade dos testes estão em queda. Apesar do atraso inacreditável no contrato das vacinas (e das fake news patrocinadas pelo Planalto), o brasileiro abraçou a vacinação.

Restam poucas restrições sobre a atividade econômica no Brasil. Os indicadores de mobilidade mostram que o comportamento das pessoas voltou a algo próximo do pré-pandemia. Com isso, a justificativa para a renovação do auxílio emergencial ficou mais difícil, apesar do legado negativo da pandemia, porque não é objetivo do auxílio emergencial acabar com a pobreza estrutural, mas sim atuar de maneira temporária enquanto os efeitos da pandemia eram muito fortes. Não obstante, o momento é de extrema angústia social, e, portanto, concordamos com a necessidade de se estender uma assistência maior por mais tempo, dado que vários aspectos da vida seguem ainda distantes do normal.

Mas solapar o Teto de Gastos é a pior maneira de fazê-lo.

No final, o Teto não é um instrumento que se opõe ao gasto social. Pelo contrário. O Teto força o Congresso e o Executivo a avaliarem onde faz sentido gastar mais, garantindo que políticas populistas não venham a ser implementadas em larga escala, reduzindo o risco de catástrofes como a Depressão de 2014–2016.

Dito de outra maneira, essa história de “fiscal nota 10” contra “social nota 0” é falaciosa e, pior, apenas dá justificativa para qualquer populismo feito em nome do social, ainda que a conta acabe muito mais salgada do que o benefício, como de costume.



O benefício médio do Bolsa Família está próximo de R\$ 190, e não vê reajuste desde junho de 2018. Do último reajuste do BF até o fim de 2021, o IPCA acumulado deve ficar pouco acima de 20%. A reposição da inflação deveria levar o benefício para perto de R\$ 225.

Porém, a cesta básica teve aumento de 56% entre junho/18 e set/21, e provavelmente terminará o ano com um aumento próximo a 60%. A correção dos valores para acompanhar a cesta básica deveria levar o Bolsa Família a algo como R\$ 290.

A solução correta para o problema estrutural da extrema pobreza teria sido focalizar os gastos públicos em favor do Bolsa Família, mas o governo abandonou qualquer proposta neste sentido. A triste realidade é que, do orçamento federal de R\$ 1,646 trilhão para 2022, não se consegue remanejar R\$ 50 bi para incrementar o gasto social.

Ao mesmo tempo, diversos segmentos da sociedade recebem R\$ 370 bilhões ao ano de subsídios (gastos tributários). Há um orçamento de trilhão e um volume inacreditavelmente grande de subsídios e desonerações para grupos específicos, mas nenhuma vontade política de fazer reformas que permitiriam um gasto social muito mais robusto e sustentável.

A regra no Brasil é: grupos de interesse com mobilização política no Congresso conseguem obter para si uma soma vultosa de recursos — que é paga por todos (proporcionalmente mais pelos mais pobres).

Dentre esses grupos, um dos que mais extrai recursos é a classe política, que agora comanda um pedaço relevante do orçamento via emendas parlamentares, fundos partidário e eleitoral, e advoga por mais gastos sociais — válidos apenas para o ano eleitoral.

Para eles, é melhor mesmo que seja temporário, a ser renovado apenas em caso de reeleição. Para esses políticos, sempre de olho em extrair recursos e “narrativas” para reeleições sucessivas, não importa que a irresponsabilidade fiscal vá custar às famílias milhões de empregos e perda de renda.

Em seu cálculo político, talvez seja até melhor que a sociedade permaneça paupérrima, de forma que possam garantir suas reeleições com infinitos programas de auxílio.

Infelizmente, a memória brasileira é curtíssima.

A irresponsabilidade fiscal causou a maior recessão de que se tem registro no Brasil há apenas cinco anos, mas já foi devidamente esquecida (como também parecem ter sido esquecidos os maiores esquemas de corrupção que o País já testemunhou).

Acabar com o Teto agora é o primeiro passo para retornarmos a esse caminho. Diante dessa situação, pressionado pela “ala política”, o governo resolveu jogar na lata do lixo a Emenda do Teto.



A ala econômica, representada pelos técnicos demissionários, se retirou, mas a ala política ganhou um integrante na chefia do ministério da Economia, que agora justifica e aprova o fim do Teto. A consequência será desastrosa para o país: teremos inflação e taxas de juros mais altas, crescimento mais baixo, trajetória de dívida pior, e aumento de impostos adiante para pagar pelas escolhas de hoje.

Será um ciclo vicioso: mais inflação, menor crescimento e juros mais altos, levando à “necessidade” de mais gasto público...

O correto teria sido aprovar a extensão de um Auxílio Emergencial menor para 2022, na linha da menor necessidade dada pelo controle da pandemia. Em 2020, o Tesouro gastou R\$ 293 bilhões com o Auxílio Emergencial, num total de medidas extra-teto de R\$ 524 bi efetivamente desembolsados.

Em 2021, até hoje, foram pagos R\$ 60,5 bilhões de AE e um total de R\$ 107 bi relacionados à covid. Se gastássemos R\$ 50 bi a mais em 2022, desde que temporário e sem mexer no arcabouço fiscal, seria muito menos danoso.

Não jogaríamos fora as instituições fiscais que nos custaram tanto para construir, manteríamos o Teto, e evitaríamos esse desequilíbrio geral a que assistimos agora.

Ainda dá tempo de tentar voltar atrás e evitar essa mudança do Teto. Não será fácil, mas talvez a pasta de dente volte para dentro do tubo.



Breakdown — Resultados do Fundo

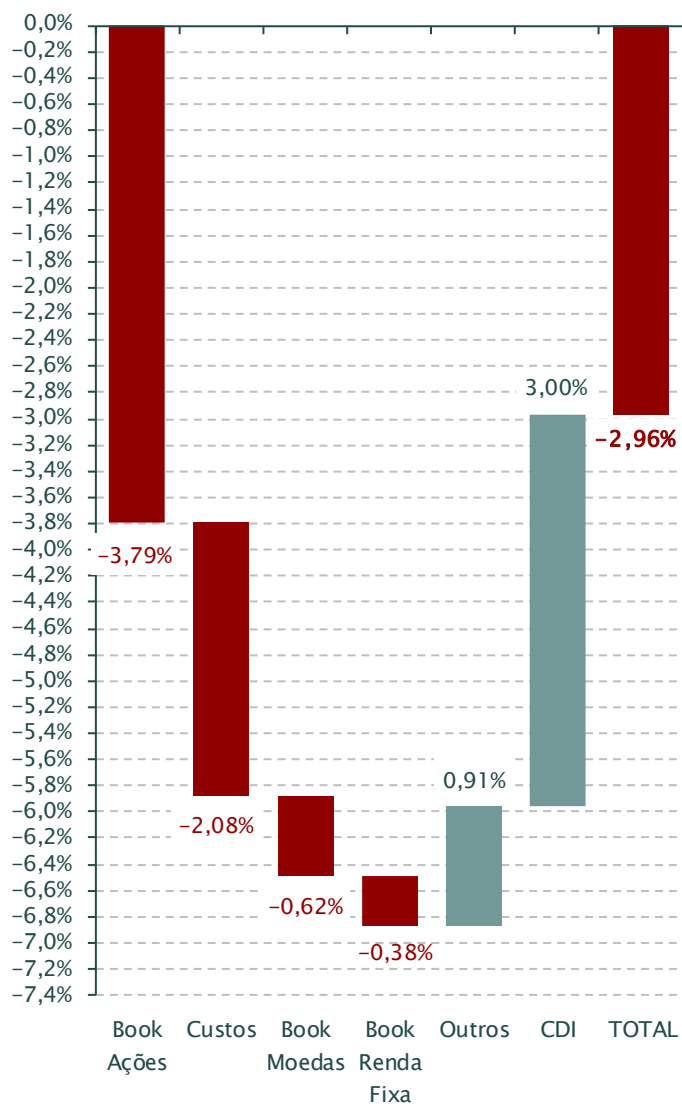
| Resultado Real do Verde — Rentabilidade ex CDI | | |
|--|--------------|--------------|
| | Outubro | Acumulado |
| I) Book Moedas | 2021 | 2021 |
| Dólar | 0,01 | -0,71 |
| Opções de dólar | -0,02 | 0,00 |
| Moedas | 0,00 | 0,08 |
| Resultado Moedas | -0,01 | -0,62 |

| II) Book Renda Fixa | | |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| DI pré | 0,23 | 0,62 |
| Cupom cambial | 0,00 | 0,00 |
| Swaps Inflação | 0,00 | -0,02 |
| RF Inflação | -0,89 | -0,91 |
| Global Rates | -1,05 | -0,34 |
| Crédito | 0,06 | 0,27 |
| Resultado Renda Fixa | -1,66 | -0,38 |

| III) Book Ações | | |
|------------------------|--------------|--------------|
| Resultado Ações | -3,75 | -3,79 |

| | | |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| CDI | 0,48 | 3,00 |
| Moedas(I)+Renda Fixa(II)+Outros | -1,00 | -0,09 |
| Ações(III) | -3,75 | -3,79 |
| Custos | -0,12 | -2,08 |
| Resultado do Fundo | -4,39 | -2,96 |

Para todos os ativos que utilizamos caixa, as rentabilidades expressas acima já são reais (exCDI)



VERDE FIC FIM

Resumo Gerencial

29/out/2021



Estratégia multimercado *flagship* lançada em 1997, é um dos maiores e mais antigos *hedge funds* brasileiros. Atua no mercado brasileiro e internacional de ações, renda fixa e moedas sob a gestão de Luis Stuhlberger.

A descrição acima não pode ser considerada como objetivo do Fundo. Todas as informações obrigatórias estão disponíveis no formulário de informações complementares, na lâmina de informações essenciais (se houver) e/ou no regulamento, disponíveis em www.verdeasset.com.br

Público-alvo

Fundo destinado ao público em geral, observados os valores mínimos de aplicação inicial, permanência e movimentação constantes no prospecto.

O fundo VERDE FIC FIM é resultado de uma cisão realizada em 21/mar/2015 do fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

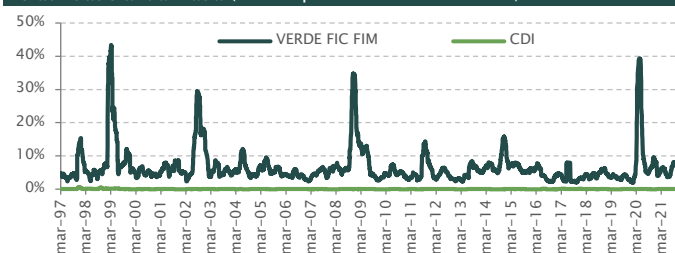
| Características | |
|--------------------------|-------------------------------|
| CNPJ | 22.187.946/0001-41 |
| Data de início | 21/mar/2015* |
| Aplicação mínima | R\$ 5.000,00 |
| Saldo mínimo | R\$ 5.000,00 |
| Movimentação mínima | R\$ 2.000,00 |
| Cota | Fechamento |
| Cota de aplicação | D+0 |
| Cota de resgate | D+0 |
| Liquidação de resgate | D+1 |
| Carência para resgate | Não há |
| Tributação aplicável | Longo Prazo |
| Taxa de saída antecipada | Não há |
| Taxa de administração | 1,50% a.a.1 |
| Taxa de performance | 20% que exceder a 100% do CDI |

*A taxa de administração máxima paga pelo Fundo, englobando a taxa de administração acima e as taxas de administração pagas pelo Fundo nos fundos em que poderá eventualmente investir será de 2,00% a.a. *Data da cisão com o fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

Fechado para novas aplicações

| | |
|-----------------------|---|
| Classificação ANBIMA: | Multimercados Macro |
| Admte Alavancagem: | Sim |
| Gestor: | Verde Asset Management S.A |
| Administrador: | Intrag Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda. |

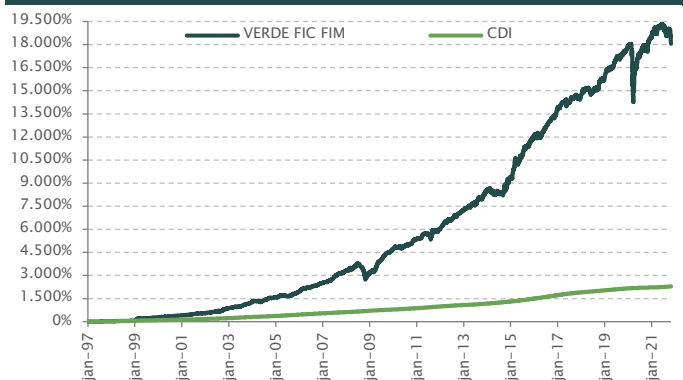
Volatilidade anualizada (Desvio padrão - média 40 dias)



| Performance | Fundo | CDI |
|---------------------------------------|----------------------|--------|
| Retorno anualizado | 23,40% | 13,70% |
| Desvio padrão anualizado * | 8,91% | 0,40% |
| Índice de sharpe * | 1,09 | - |
| Rentabilidade acumulada em 12 meses | 2,87% | 3,32% |
| Número de meses positivos | 244 | 297 |
| Número de meses negativos | 53 | 0 |
| Número de meses acima de 100% do CDI | 186 | - |
| Número de meses abaixo de 100% do CDI | 111 | - |
| Mayor rentabilidade mensal | 63,45% | 3,28% |
| Menor rentabilidade mensal | -11,46% | 0,13% |
| Patrimônio líquido * | R\$ 1.300.422.021,80 | |
| Patrimônio líquido médio em 12 meses | R\$ 1.387.507.455,71 | |

* Calculado desde a constituição do fundo CSHG VERDE FIC FIM MULT até 29/out/2021.

VERDE FIC FIM x CDI



Calculado até 29/out/2021

Rentabilidades (%)

| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Acum. Ano | CDI | Acum. Fdo. | Acum. CDI* |
|------|-------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------|-------|------------|------------|
| 1997 | 2,15 | 0,92 | 1,15 | 3,09 | 1,53 | 3,13 | 1,69 | 1,86 | 2,01 | 5,32 | 1,15 | 1,90 | 29,10 | 24,43 | 29,10 | 24,43 |
| 1998 | 2,61 | 2,43 | 4,37 | 2,82 | 0,73 | 0,72 | 1,85 | 0,11 | 1,03 | 2,01 | 3,34 | 4,51 | 29,86 | 28,61 | 67,66 | 60,03 |
| 1999 | 63,45 | 7,43 | 2,43 | 4,23 | 2,23 | 3,84 | 1,09 | 0,70 | 1,14 | 4,76 | 4,14 | 5,31 | 135,40 | 25,17 | 294,66 | 100,31 |
| 2000 | 4,09 | 0,83 | 1,87 | 2,62 | 1,16 | 3,33 | -0,68 | 4,12 | 0,93 | 4,02 | 0,12 | 2,62 | 27,93 | 17,33 | 404,89 | 135,02 |
| 2001 | 4,68 | 0,82 | 2,41 | 1,99 | 2,54 | 2,23 | 3,79 | 1,10 | 4,09 | 0,28 | 1,58 | 1,11 | 30,01 | 17,27 | 556,42 | 175,62 |
| 2002 | 3,45 | 1,57 | 1,98 | 4,80 | 1,86 | 4,38 | 4,98 | -2,17 | 4,94 | 10,96 | -0,35 | 4,52 | 48,72 | 19,09 | 876,24 | 228,22 |
| 2003 | 2,28 | 2,46 | 3,12 | -1,37 | 3,00 | 2,19 | 3,79 | 4,80 | 2,70 | 3,31 | 2,71 | 6,96 | 42,22 | 23,28 | 1.288,44 | 304,64 |
| 2004 | 3,83 | -0,85 | 0,78 | -3,92 | 2,52 | 3,68 | 4,48 | 4,17 | 2,77 | -0,94 | 1,95 | 2,30 | 22,43 | 16,17 | 1.599,90 | 370,06 |
| 2005 | -0,28 | 4,39 | 1,79 | -0,48 | -0,50 | -1,68 | 0,98 | 1,45 | 6,09 | 0,65 | 3,56 | 2,96 | 20,33 | 19,00 | 1.945,54 | 459,37 |
| 2006 | 5,96 | 2,90 | 0,33 | 3,35 | 1,27 | 0,69 | 1,74 | 1,37 | 0,60 | 2,61 | 2,80 | 1,24 | 27,74 | 15,05 | 2.512,98 | 543,53 |
| 2007 | 2,29 | -0,00 | 2,70 | 1,16 | 3,65 | 4,58 | 3,66 | 2,89 | 0,27 | 1,90 | 2,12 | 1,99 | 30,74 | 11,82 | 3.316,10 | 619,62 |
| 2008 | 0,73 | 4,40 | -2,71 | 3,62 | 2,65 | 4,37 | -2,46 | -3,53 | -7,32 | -8,91 | 2,20 | 1,47 | -6,44 | 12,37 | 3.096,20 | 708,64 |
| 2009 | 4,46 | 0,97 | 1,98 | 11,41 | 4,76 | 2,28 | 5,16 | 3,68 | 1,81 | 0,77 | 2,46 | 2,19 | 50,37 | 9,90 | 4.705,98 | 788,66 |
| 2010 | 3,71 | -1,30 | 0,71 | -1,66 | 1,22 | 1,94 | 1,44 | 0,33 | 0,43 | 2,84 | 2,19 | 1,23 | 13,75 | 9,74 | 5.366,93 | 875,24 |
| 2011 | 0,48 | 0,37 | 3,70 | 1,71 | 0,33 | -0,19 | -1,13 | 2,44 | 1,18 | 1,05 | -0,27 | 2,16 | 12,36 | 11,59 | 6.042,75 | 988,32 |
| 2012 | 2,75 | 2,63 | 1,39 | 2,55 | -0,87 | 0,96 | 2,32 | 0,43 | 1,83 | 1,09 | 2,19 | 0,77 | 19,55 | 8,41 | 7.243,48 | 1.079,88 |
| 2013 | 1,40 | 0,97 | 1,66 | 0,36 | 1,91 | -0,51 | 1,86 | 2,76 | -0,42 | 1,45 | 3,71 | 1,69 | 18,10 | 8,05 | 8.572,99 | 1.174,90 |
| 2014 | -0,06 | -1,25 | -0,65 | -0,95 | 0,91 | -0,06 | 0,12 | -1,76 | 6,69 | -0,64 | 3,46 | 2,98 | 8,80 | 10,81 | 9.336,59 | 1.312,68 |
| 2015 | 2,26 | 4,82 | 5,09 | -1,70 | 3,87 | -0,15 | 5,41 | -0,31 | 1,38 | 1,58 | 2,48 | 1,04 | 28,67 | 13,23 | 12.041,74 | 1.499,56 |
| 2016 | 1,09 | 0,75 | -2,47 | 1,76 | 1,52 | 1,76 | 1,82 | 1,64 | 1,20 | 1,09 | 1,03 | 3,07 | 15,13 | 14,00 | 13.879,21 | 1.723,51 |
| 2017 | 0,11 | 1,35 | 1,11 | 0,43 | -0,88 | 0,45 | 1,89 | 0,37 | 0,51 | -0,38 | -0,43 | 0,62 | 5,25 | 9,95 | 14.612,59 | 1.904,99 |
| 2018 | 3,05 | 0,12 | 0,58 | -0,18 | -1,80 | 0,29 | 1,10 | 0,70 | -0,30 | 3,77 | 0,55 | -0,13 | 7,91 | 6,42 | 15.776,46 | 2.033,78 |
| 2019 | 3,77 | 0,09 | 0,42 | 0,86 | 1,28 | 1,49 | 0,44 | 0,18 | 1,30 | 0,89 | 0,00 | 1,92 | 13,33 | 5,97 | 17.893,01 | 2.161,12 |
| 2020 | -0,19 | -2,86 | -11,46 | 8,61 | 2,52 | 0,91 | 2,05 | 1,33 | -1,22 | -0,49 | 4,45 | 1,49 | 3,94 | 2,77 | 18.601,56 | 2.223,70 |
| 2021 | 0,68 | -0,24 | 1,47 | 1,20 | 0,58 | -0,21 | -2,16 | 0,33 | -0,12 | -4,39 | | | -2,96 | 3,00 | 18.047,56 | 2.293,41 |

* Calculado desde a constituição do fundo até 29/out/2021

A Verde Asset Management S.A. ("Verde") não comercializa e nem distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. Este relatório mensal retrata as opiniões da Verde acerca da estratégia e gestão do fundo e não deve ser entendido como oferta, recomendação ou análise de investimento ou ativos. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito. Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. A Verde não se responsabiliza por erros de avaliação ou omissões. Os investidores devem tomar suas próprias decisões de investimento. O investimento em fundos pode resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Para mais informações acerca das taxas de administração, cotização e público-alvo de cada um dos fundos, consulte os documentos do fundo disponíveis no site www.verdeasset.com.br. Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da Verde. **Supervisão e Fiscalização:** Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão: www.cvm.gov.br. Contato Institucional Verde AM: institucional@verdeasset.com.br / +55 11 4935-8500.

